

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

**Relatório da Administração**

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banestes Seguros S.A. referente ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório do Auditor Independente e Relatório do Atuário Independente, de acordo com as disposições legais e estatutárias.

**Conjuntura Econômica**

O cenário brasileiro ainda se mantém desafiador para 2019, principalmente em função das reformas desejadas. Porém as projeções já indicam crescimento mais acelerado, com a expectativa, inclusive, do mercado de segurador voltar aos sonhados dois dígitos de avanço.

O PIB cresceu 1,3% em 2018 e a projeção para 2019 é 2,4%. A inflação acumulada de 2018 fechou em 3,75%, abaixo do centro da meta do governo que era de 4,5%, enquanto Selic fechou o ano em 6,5%, com expectativa de 7,0% para 2019.

**Resultado Exercício Social de 2018 - Nosso desempenho**

**Prêmios e Contribuições** - Os prêmios ganhos e contribuições totalizaram R\$ 158,7 milhões no ano de 2018, importando um acréscimo de R\$ 3,0 milhões, que equivale a 1,9 % de aumento em relação ao auferido em 2017.

**Despesas Administrativas** - As despesas administrativas totalizaram R\$ 24,4 milhões em 2018, superior 5,5% em relação a 2017 devido à revisão do contrato de cooperação técnica, com o acionista controlador, gerando uma despesa adicional de R\$ 1 milhão. A empresa mantém-se atenta na gestão de seus custos e despesas, com destaque para as despesas com apoio. O índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 15,4%, com uma alta de 0,5 ponto percentual em relação a 2017.

**Resultado Financeiro** - O resultado financeiro totalizou R\$ 12,6 milhões no exercício de 2018, representando uma queda de 28% em relação a 2017, ou, R\$ 4,9 milhões em valores absolutos, em função da redução da taxa SELIC ao longo de 2018 e pela saída de recursos com a transferência de capital ao acionista integral, explicitado nos comentários sobre o Patrimônio Líquido.

O total de aplicações da Seguradora, constituídas por títulos privados, públicos e fundos de investimentos, atingiu o montante de R\$ 278,8 milhões, representando um decréscimo de 13,0% em relação a dez/2017. As provisões técnicas somam R\$ 196,9 milhões (R\$ 189,1 milhões em dez/2017), que deduzidos dos ativos redutores e das provisões de VGBL e DPVAT, apresentam total a ser coberto no valor de R\$ 54,4 milhões (R\$ 57,2 milhões em dez/2017).

Os ativos financeiros dados em cobertura dos ramos próprios demonstram um excedente de garantia na ordem de R\$ 13,1 milhões (R\$ 31,2 milhões em dez/2017), demonstrando nossa liquidez perante o mercado e o órgão supervisor.

Os recursos financeiros são administrados adotando-se as melhores práticas de gestão, garantindo a capacidade financeira em honrar todos os seus compromissos em conformidade com os preceitos das Circulares SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, classificando-os em "disponíveis para venda", "valor justo por meio do resultado" e "mantidos até o vencimento".

**Sinistralidade** - Este índice representa a relação de sinistros retidos sobre os prêmios ganhos. Em 2018 o índice ficou em 49,1%, contra 55,6% em 2017, apontando uma redução de 6,5 pontos percentuais.

**Índice Combinado** - O índice combinado no exercício de 2018, que representa os gastos com sinistro retidos, despesas de comercialização, administrativas, com tributos e outras despesas operacionais sobre o prêmio ganho, foi de 0,8495 (0,8969 em 2017).

**Índice Combinado Ampliado** - O índice combinado ampliado no exercício de 2018, que representa os gastos com sinistro retidos, despesas de comercialização, administrativas, com tributos e outras despesas operacionais sobre o prêmio ganho e resultado financeiro, foi de 0,7871 (0,8166 em 2017).

**Lucro Líquido** - No exercício de 2018, após os impostos, contribuições e participação dos empregados no resultado, o lucro líquido foi de R\$ 19,6 milhões, com redução de R\$ 3,4 milhões, representando decréscimo de 14,9%, quando comparado ao lucro do mesmo período de 2017 que foi de R\$23,0 milhões. O que ocorreu foi que em 2017 a Seguradora apurou ganho de capital com alienação de ações do IRB Brasil, impactando positivamente o resultado em R\$ 5,8 milhões, já deduzidos os tributos, fato que, se não ocorresse, traria o resultado daquele exercício à R\$17,2 milhões e o resultado de 2018 seria 14% maior do que o de 2017.

**Patrimônio Líquido** - O Patrimônio Líquido apurado foi de R\$106,8 milhões (R\$ 156,2 milhões em dez/2017), representando uma retração de 31,6%, justificada por atos do acionista integral, em que determinou o pagamento de dividendos complementares relativos ao exercício de 2017 e redução do capital social, devidamente avaliados e homologados pela SUSEP. Assim, a Seguradora apresentou rentabilidade nominal efetiva sobre o PL de 14,9%, apurado pela relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e o patrimônio líquido médio, registrado em 31/12/2018 e 31/12/2017.

**Capital Mínimo Requerido** - ficou em R\$ 25,8 milhões, apresentando uma suficiência de R\$ 79,3 milhões em relação ao PL ajustado de R\$ 105,1 milhões, que representa 307% acima do mínimo exigido pelo órgão supervisor.

**Distribuição de Resultados**

Seguindo a política aprovada pelo acionista único, durante o exercício de 2018, a Seguradora adotou o critério de distribuição de dividendos mínimos obrigatório de 25% sobre o Lucro Líquido, conforme faculta a Lei 11.638/2007, no valor de R\$ 4,7 milhões.

**Fatos de Mercado**

Com forte participação no mercado de seguros do Estado do Espírito Santo, a BANESTES SEGUROS, é 13 vezes vencedora do Recall de Marcas de A Gazeta e, de acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, no Finanças Mais 2018, é a quarta melhor seguradora do Brasil entre as empresas de seguros, a quinta com maior resultado líquido, a nona por patrimônio líquido e a sétima com maior rentabilidade sobre o patrimônio líquido.

A Seguradora também obteve destaque na avaliação feita pelo Valor 1000, publicado pelo jornal Valor Econômico. A apuração do jornal mostra que a BANESTES SEGUROS é a sexta empresa mais rentável do Brasil no ramo de seguros gerais, tomando-se como base as pequenas e médias seguradoras. O Valor 1000 destaca, ainda, que ela é a vigésima do Brasil em lucro operacional e lucro líquido e, ainda, que é uma das 10 melhores em índice de sinistralidade, o que consolida a sua boa performance econômica e financeira.

Os produtos da BANESTES SEGUROS são comercializados na rede e agências do BANESTES e em parceria com mais de 300 Corretoras de Seguros no Espírito Santo. De acordo com dados da SUSEP, a empresa é líder de mercado no segmento de seguro de vida em grupo, com 31% de participação. No segmento de seguro de automóvel, a seguradora detém 13% do mercado.

**Responsabilidade Social e Cultural** - Apoio a projetos culturais e sociais no Estado, especialmente através das Leis de incentivos à cultura e ao esporte.

**Agradecimentos**

Agradecemos ao Governo do Estado do Espírito Santo e ao Banestes S.A. pela confiança depositada, bem como às instituições com as quais a BANESTES SEGUROS S.A. mantém relacionamento, que contribuíram para a consecução dos objetivos da Seguradora, em especial aos segurados, corretoras de seguros, prestadores de serviços, rede de agências do Banestes e empregados e representantes da SUSEP.

Vitória, 19 de fevereiro de 2019.

A Diretoria.  
Continua...

...Continuação

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

**BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>191.889</b>	<b>162.175</b>	<b>LÍQUIDO</b>		<b>216.063</b>	<b>208.123</b>
<b>Disponível</b> .....		<b>356</b>	<b>577</b>	<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>16.207</b>	<b>15.779</b>
Caixa e bancos.....	5	356	577	<b>Contas a pagar</b> .....		<b>11.988</b>	<b>12.044</b>
<b>Aplicações</b> .....	6	<b>157.131</b>	<b>127.071</b>	Obrigações a pagar.....	15.1	11.988	12.044
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b> .....		<b>18.237</b>	<b>20.106</b>	Impostos e encargos sociais a recolher.....	15.2	1.573	1.572
Prêmios a receber.....	7	18.237	20.106	Encargos trabalhistas.....	18.1	1.129	993
<b>Outros créditos operacionais</b> .....		<b>3.083</b>	<b>3.437</b>	Impostos e contribuições.....	18.2	1.444	1.138
<b>Títulos e créditos a receber</b> .....		<b>4.015</b>	<b>2.192</b>	Outras contas a pagar.....		73	32
Títulos e créditos a receber.....		1.370	1.124	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b> .....		<b>1.913</b>	<b>2.168</b>
Créditos tributários e previdenciários.....		1.546	-	Prêmios a restituir.....		350	325
Outros créditos.....		1.099	1.068	Corretores de seguros e resseguros.....		1.161	1.203
<b>Outros valores e bens</b> .....		<b>1.343</b>	<b>1.859</b>	Outros débitos operacionais.....		402	640
Bens a venda.....	9	1.343	1.859	<b>Depósitos de terceiros</b> .....	16	<b>1.064</b>	<b>1.086</b>
<b>Despesas antecipadas</b> .....		<b>190</b>	<b>152</b>	<b>Provisões técnicas - seguros</b> .....	17.1	<b>196.879</b>	<b>189.090</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b> .....	10	<b>7.534</b>	<b>6.781</b>	Danos.....		147.069	138.161
Seguros.....		7.534	6.781	Pessoas.....		14.623	16.420
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b> .....		<b>134.621</b>	<b>205.624</b>	Vida com cobertura de sobrevivência.....		35.187	34.509
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....		<b>131.099</b>	<b>202.947</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b> .....		<b>3.684</b>	<b>3.523</b>
<b>Aplicações</b> .....	6	<b>121.703</b>	<b>193.364</b>	<b>Contas a pagar</b> .....		<b>1.688</b>	<b>1.746</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b> .....		<b>9.396</b>	<b>9.593</b>	Tributos diferidos.....	8	1.681	1.746
Créditos tributários e previdenciários.....	8	812	909	Outras contas a pagar.....		7	-
Depósitos judiciais e fiscais.....	11	8.584	8.674	<b>Outros débitos</b> .....		<b>1.996</b>	<b>1.777</b>
<b>INVESTIMENTOS</b> .....	12	<b>675</b>	<b>704</b>	Provisões judiciais.....	19.a	1.996	1.777
Participações societárias.....		203	204	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	20	<b>106.763</b>	<b>156.153</b>
Imóveis destinados à renda.....		469	497	Capital social.....		86.326	121.862
Outros investimentos.....		3	3	Reservas de reavaliação.....		16	16
<b>IMOBILIZADO</b> .....	13	<b>554</b>	<b>854</b>	Reservas de lucros.....		20.333	34.386
Imóveis de uso próprio.....		141	151	Ajustes de avaliação patrimonial ...		88	(111)
Bens móveis.....		287	367				
Outras immobilizações.....		126	336				
<b>INTANGÍVEL</b> .....		<b>2.293</b>	<b>1.119</b>				
Outros intangíveis.....	14	2.293	1.119	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....		<b>326.510</b>	<b>367.799</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....		<b>326.510</b>	<b>367.799</b>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em milhares de reais

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>		<b>Nota</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Prêmios emitidos.....	21.1	158.508	161.164	(-) Outras receitas e despesas operacionais.....	21.7	(4.665)	(4.675)
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios.....	21.2.1	180	(5.753)	(-) Despesas administrativas....	21.8	(24.442)	(23.161)
<b>(=) Prêmios ganhos</b> .....	21.3	<b>158.688</b>	<b>155.411</b>	(-) Despesas com tributos.....	21.9	(6.782)	(6.712)
(+) Receita com emissão de apólices.....		2.791	2.530	(+) Resultado financeiro.....	21.10	12.588	17.523
(-) Sinistros ocorridos.....	21.4	(77.862)	(86.477)	(+) Resultado patrimonial.....	21.11	358	348
(-) Custos de aquisição.....	21.5	(24.269)	(23.290)	<b>(=) Resultado operacional</b> ...		<b>36.828</b>	<b>32.113</b>
(+) Rendas de contribuições e prêmios.....	21.6	4.753	5.485	(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes.....	21.12	(47)	10.545
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder.....	21.2.2	(4.753)	(5.172)	<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>36.781</b>	<b>42.658</b>
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL.....		-	<b>313</b>	(-) Imposto de renda.....	23	(8.447)	(9.904)
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas.....		424	331	(-) Contribuição social.....	23	(6.872)	(8.153)
(-) Custos de aquisição.....	21.5	(1)	(28)	(-) Participação sobre o resultado.....		(1.858)	(1.605)
				<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>		<b>19.604</b>	<b>22.996</b>
				(/) Quantidade de ações.....	14.791.405.093	14.791.405.093	14.791.405.093
				(=) Lucro líquido por ação.....	3.21	0,00133	0,00155

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em milhares de reais

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	<b>19.604</b>	<b>22.996</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
Ajustes de avaliação patrimonial.....	362	(202)
Efeitos tributários sobre os resultados abrangentes.....	(163)	91
<b>Resultados abrangentes</b> .....	<b>(199)</b>	<b>(111)</b>
<b>Total dos resultados abrangentes</b> .....	<b>19.803</b>	<b>22.885</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

...Continuação

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**  
**EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	<b>19.604</b>	<b>22.996</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciações e amortizações .....	380	178
Redução ao valor recuperável .....	(5)	6
Ganho ou perda na alienação de investimentos .....	47	(7)
<b>Varição nas contas patrimoniais</b> .....	<b>50.468</b>	<b>(19.138)</b>
Aplicações .....	41.601	(31.322)
Créditos nas operações de seguros e resseguros .....	2.228	(2.973)
Créditos fiscais e previdenciários .....	(1.449)	3.682
Depósitos judiciais e fiscais .....	90	16.608
Despesas antecipadas .....	(38)	(150)
Custos de aquisição diferidos .....	(753)	(1.212)
Outros ativos .....	239	(1.359)
Outras contas a pagar .....	314	595
Impostos e contribuições .....	306	(1.930)
Débitos de operações com seguros e resseguros .....	(255)	309
Depósitos de terceiros .....	(22)	(123)
Provisões técnicas - seguros e resseguros .....	7.789	14.381
Provisões judiciais .....	219	(15.710)
Outros passivos .....	199	66
<b>Caixa Gerado nas Atividades Operacionais</b> .....	<b>70.494</b>	<b>4.035</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
<b>Pagamento pela compra de ativo permanente:</b> .....	<b>(1.903)</b>	<b>(1.177)</b>
Investimentos .....	-	(23)
Imobilizado .....	(294)	(152)
Intangível .....	(1.609)	(1.002)
<b>Recebimento pela venda de ativo permanente:</b> .....	<b>678</b>	<b>137</b>
Investimento .....	1	21
Imobilizado .....	445	86
Intangível .....	232	30
<b>Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos</b> .....	<b>(1.225)</b>	<b>(1.040)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Distribuição de dividendos .....	(21.337)	(3.596)
Transferência de reserva legal por redução de capital .....	(48.153)	-
<b>Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento</b> .....	<b>(69.490)</b>	<b>(3.596)</b>
<b>Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(221)</b>	<b>(601)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício .....	577	1.178
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício .....	356	577
<b>Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(221)</b>	<b>(601)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
**Em milhares de reais**

	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b> .....	<b>121.862</b>	<b>18</b>	<b>16.851</b>	<b>(177)</b>	<b>-</b>	<b>138.554</b>
Reserva de reavaliação:						
Realização líquida de impostos .....	-	(2)	-	-	2	-
Varição líquida do valor justo dos ativos .....	-	-	-	66	-	66
Lucro líquido do exercício .....	-	-	-	-	22.996	22.996
Proposta p/ distribuição do resultado:						
Reserva Legal .....	-	-	1.150	-	(1.150)	-
Reserva Estatutária .....	-	-	16.385	-	(16.385)	-
Dividendos .....	-	-	-	-	(5.463)	(5.463)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b> .....	<b>121.862</b>	<b>16</b>	<b>34.386</b>	<b>(111)</b>	<b>-</b>	<b>156.153</b>
Capital em aprovação, conf. Portaria SUSEP/DIORG nº 1040 de 22/08/2018:						
Aumento com saldo da reserva de lucro .....	12.617	-	(12.617)	-	-	-
Redução para transf. ao acionista .....	(48.153)	-	-	-	-	(48.153)
Reserva de reavaliação:						
Realização líquida de impostos .....	-	(1)	-	-	1	-
Ajuste Diferença Base de CSLL(20%para 15%) .....	-	1	-	-	-	1
Varição líquida do valor justo dos ativos .....	-	-	-	199	-	199
Lucro líquido do exercício .....	-	-	-	-	19.604	19.604
Proposta p/ distribuição do resultado:						
Reserva Legal .....	-	-	980	-	(980)	-
Reserva Estatutária .....	-	-	13.969	-	(13.969)	-
Dividendos .....	-	-	(16.385)	-	(4.656)	(21.041)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b> .....	<b>86.326</b>	<b>16</b>	<b>20.333</b>	<b>88</b>	<b>-</b>	<b>106.763</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

...Continuação

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional**

A BANESTES SEGUROS S.A. (Seguradora) é uma sociedade de capital fechado, com sede na Av. Princesa Isabel, 574, Edifício Palas Center, Bloco A, 9º andar, Vitória - ES. Seu objetivo consiste na exploração das operações de seguros de danos e pessoas, com foco nos ramos automóveis, residencial, prestamista, vida, acidentados pessoais e seguro de vida gerador de benefícios livres (VGBL) nas seguintes unidades federativas do ES, MG, BA e RJ.

A Seguradora é controlada pelo Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES S.A.), com participação integral no capital social.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras da Seguradora foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e em consonância com a Circular nº. 517, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos contábeis, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tenham sido referendadas pela SUSEP.

Essas Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Seguradora em 18 de fevereiro de 2019.

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras pressupõem a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico, com exceção do que segue:

- Ativos financeiros, classificados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

**2.2. Moeda funcional e de apresentação**

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua utilizada na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

**2.3. Estimativas contábeis significativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações financeiras exige que a administração utilize certas estimativas, julgamentos e premissas, em que se baseia na experiência histórica e em outros fatores, incluindo-se expectativas de eventos futuros, para o registro de determinadas transações que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa são as provisões técnicas, provisões judiciais e créditos tributários.

**3. Resumo das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas Demonstrações financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pela Seguradora.

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e investimentos financeiros em moeda nacional e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, estando assim compreendidos na rubrica "caixa e bancos".

**3.2. Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

**3.2.1. Empréstimos e recebíveis**

Compreendem substancialmente os "Prêmios a Receber", onde o valor de mercado é igual ao valor contábil registrado, conforme determinado pelo órgão regulador, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em caso de não pagamento de prêmios de seguros fracionados e em parcela única, a Seguradora adota como procedimento para cancelamento as regras estabelecidas pela Circular SUSEP nº. 239, de 22 de dezembro de 2003.

**3.2.2. Valor justo por meio do resultado**

Representados por títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos são avaliados pelo valor de mercado computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

**3.2.3. Mantidos até o vencimento**

Representados por títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o

vencimento. Esses títulos são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.

**3.2.4. Disponíveis para venda**

Representados por títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias títulos para negociação e títulos mantidos até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelo valor de mercado computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

**3.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - "Impairment"**

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida.

A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é feita por meio de reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

**3.4. Valor justo dos ativos financeiros**

O valor justo dos investimentos com cotação pública é registrado com base em preço de negociação. O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: os preços são definidos ou acompanhados conforme segue: (I) Títulos públicos têm seus valores apurados com base nos preços de mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e (II) Debêntures e Letra Financeira Subordinada (LFS) são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo; as quotas de fundos de investimento abertos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento das demonstrações financeiras; os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

**3.5. Passivos financeiros**

O reconhecimento de um passivo financeiro no balanço patrimonial é efetuado quando for provável que uma saída de recursos seja exigida em liquidação de uma obrigação contratual de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros. Os passivos financeiros contemplam substancialmente débitos de operações de seguros e resseguros e dividendos.

**3.6. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "Impairment"**

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo.

É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinação do valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

**3.7. Créditos das operações de seguros**

Os prêmios a receber e os respectivos custos de aquisição diferidos são registrados deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos em resultado financeiro de acordo com o prazo de parcelamento dos prêmios. A provisão para risco de crédito é constituída para as apólices e/ou endossos que estejam vencidos há mais de 60 dias.

Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

Continua...

...Continuação

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

**3.8. Outros valores e bens - Salvados**

Contempla substancialmente o registro de bens patrimoniais já ressarcidos aos segurados, porém recuperados, avaliados ao valor justo. Os bens são mensalmente levados a leilão público.

**3.9. Investimentos**

Os investimentos estão reconhecidos pelo valor de custo por conta da participação da Seguradora não atingir os níveis mínimos para reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial. Referem-se às participações societárias na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. e obras de arte.

**3.10. Imóveis destinados à renda**

Denominação atribuída aos imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação imobiliária. O imóvel destinado à renda foi registrado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada em 25 anos, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

Os ganhos e perdas na alienação de Imóveis destinados a renda são registrados na demonstração do resultado como Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes.

**3.11. Imobilizado**

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam revertidos para a Seguradora e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos ativos. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Imóveis de uso .....	25 anos
Sistemas de comunicação .....	10 anos
Equipamentos de informática, sistemas de processamento de dados .....	5 anos
Móveis, equipamentos e instalações .....	10 anos

**3.12. Intangíveis**

São ativos não monetários identificáveis sem substância física, decorrentes da aquisição de softwares, capazes de gerar benefícios econômicos para a Seguradora. Esses softwares são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos softwares mantidos pela Seguradora é de cinco anos.

**3.13. Provisões Técnicas - Seguros**

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº. 321/2015 e alterações posteriores, e ainda pelas determinações constantes na Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores. As provisões são calculadas com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), devidamente produzidas por atuário responsável e revisadas por auditoria atuarial independente, descritas a seguir:

**3.13.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG**

Constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações de despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo da PPNG apura a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos de seguro em vigor no mês de sua constituição, deduzidos os custos iniciais de contratação conforme prerrogativa legal. Os custos de aquisição diferidos (CAD) são representados tão somente pelas despesas vinculadas, de forma direta, aos prêmios não ganhos com as mesmas premissas e prazos de cálculo da PPNG.

**3.13.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG/RVNE)**

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG/RVNE) representa o ajuste da PPNG dada à existência de riscos assumidos pela Seguradora cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida.

**3.13.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)**

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das Demonstrações financeiras.

A provisão de sinistros a liquidar em discussão judicial (PSLJ) inclui estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, acrescida de atualização monetária, e tem por base as notificações de ajuizamento recebidas até a data do balanço. Sua constituição é feita por área própria da Seguradora e leva em consideração a perda histórica dos processos cíveis relacionados a sinistros.

**3.13.4. Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER)**

A provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) é constituída, por meio de estimativa atuarial, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final, na data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora.

**3.13.5. Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)**

Esta provisão, constituída para os seguros de danos e pessoas, visa à cobertura de sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela Seguradora, sendo calculada com base em nota técnica atuarial (NTA). A provisão dos sinistros ocorridos e não avisados do ramo do Seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores - DPVAT é constituída com base nos valores informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

**3.13.6. Teste de adequação de Passivos (TAP)**

Para atender aos padrões requeridos pelo CPC 11 e as normas estabelecidas pela citada Circular SUSEP 517 e alterações posteriores, as seguradoras estão obrigadas a avaliar a devida adequação de seus passivos em reservas técnicas para as obrigações decorrentes dos contratos de planos de seguro em curso na data-base de cada apresentação das demonstrações financeiras anuais e intermediárias.

A referida avaliação é feita utilizando estimativas correntes de fluxos de caixas futuros para as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. Existindo diferença positiva entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas, inclusive dedução dos custos de aquisição diferidas e ativos intangíveis, caberá à Seguradora reconhecer a **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**.

A Seguradora, considerando as premissas definidas por normativos e as similaridades dos riscos expostos em seus contratos, promoveu sua avaliação levando em conta as seguintes segregações:

(1) Quanto à estruturação financeira: Riscos estruturados no regime de repartição simples e riscos estruturados no regime de capitalização. A Seguradora não opera no regime de repartição de capitais;

(2) Quanto as carteiras dos produtos: Riscos para produtos de danos; riscos para produtos de pessoas sem Cobertura para Sobrevivência; riscos para produtos pessoas com cobertura para sobrevivência (VGBL); e riscos em produtos de ramos não mais comercializados (run-off);

(3) Quanto aos lançamentos contábeis das provisões: Avaliação para sinistros já ocorridos e previstos através das provisões de PSL, IBNR e IBNER; avaliação para sinistros que irão ocorrer oriundos de prêmios já registrados e amparados através das provisões de PPNG-RVE e RVNE para os riscos sem cobertura por sobrevivência e PMBaC para os riscos com cobertura por sobrevivência; e avaliação para sinistros que irão ocorrer oriundos de prêmios ainda não registrados e que são amparados através de prêmios a receber em apólices plurianuais de coberturas mensais em contratos sem cobertura de sobrevivência e contribuições a receber em apólices individuais para contratos com cobertura de sobrevivência (VGBL).

Em todas as avaliações a Seguradora considera apropriação de valores decorrentes de despesas diretas dos sinistros (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE); despesas indiretas dos sinistros (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE); bem como prováveis recuperações com salvados e ressarcimentos nos ramos em que isto se faz possível.

As bases das avaliações dos fluxos de caixa levam em conta valores nominais, trazidos a valor presente pelas taxas a termo de ETTJ, fornecida pela SUSEP e ANBIMA, sendo o cupom de IGP-M para os processos sem expectativa de mora de juros e cupom de pré-fixado para os processos com expectativa de mora de juros.

Na base dos contratos para garantia de riscos sem cobertura por sobrevivência e para sinistros a ocorrer, os critérios para avaliação dos passivos futuros são feitos a partir de índices de sinistralidade média dos últimos 12 meses anualizados para os produtos de danos e pessoas. Na base de contratos para garantia de riscos com cobertura de sobrevivência, os critérios para avaliação dos passivos futuros são feitos utilizando-se por contrato individual a aplicação de critérios de

Continua...

...Continuação

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

recebimento de prêmios e pagamentos de benefícios seguindo padrão de expectativa de sobrevivência estabelecida por meio da tábua SUSEP BR-EMS 2015.

O estudo deste teste não se aplica aos contratos e certificados relativos aos ramos de DPVAT e DPENM.

O resultado do teste de adequação dos passivos, realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2018, não apresentou insuficiência na constituição das provisões técnicas da Seguradora, não sendo necessário a constituição da PCC.

**3.13.7. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)**

A PDR deve ser constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a PDR deve abranger as despesas relativas a sinistros ocorridos e a ocorrer, enquanto que para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a PDR deve abranger as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos.

**3.13.8. Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)**

A provisão matemática de benefícios a conceder está vinculada a seguros de vida com cobertura por sobrevivência, na modalidade Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBL), garantindo a cobertura de participantes cujos benefícios ainda não iniciaram. Tal provisão representa o montante de contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, e acrescidos dos rendimentos financeiros gerados pela correspondente aplicação em fundo de investimento especialmente constituído (FIE).

**3.13.9. Outras provisões**

Correspondem, substancialmente, à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que é constituída com o objetivo de cobrir o déficit administrativo, com base nos recursos oriundos dos resultados administrativos apurados mensalmente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

**3.14. Benefícios a Empregados**

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem: Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós-emprego.

Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

(a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou

(b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho. Benefício pós-emprego - Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pela Seguradora de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pela qual a Seguradora como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pela qual a Seguradora como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 25.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - Projected Unit Credit, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - Projected Benefit Obligation), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em

estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

A Deliberação CVM nº. 695/12, estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido - outros ajustes de avaliação patrimonial.

**3.15. Tributos sobre o lucro e faturamento.**

Calculados às alíquotas a seguir, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente para cada encargo.

Imposto de Renda .....	15%
Adicional de Imposto de Renda.....	10%
Contribuição Social - Setor Financeiro e Segurador.....	20% até 31/12/2018 e 15% após
Cofins .....	4%
PIS .....	0,65%

As alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31/12/2007.

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei n.º 12.973 (conversão da MP 627/13) que alterou a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Essa Lei dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

A referida Lei n.º 12.973 não acarreta efeitos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras da Seguradora.

A Lei n.º 13.169, de 06 de outubro de 2015 (conversão da MP 675/2015), elevou para 20% a alíquota da CSLL para as seguradoras no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, retornando à alíquota de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

Contribuições sociais federais que, para as seguradoras, incidem sobre a receita bruta, com os ajustes previstos na Lei nº. 9.718 de 27 de novembro de 1998. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%.

**3.16. Outros tributos**

Outros tributos incidem sobre a receita operacional e são reconhecidos no resultado como "Despesas com Tributos", dentre os quais destaca-se a taxa de fiscalização da SUSEP, taxa federal recolhida pelo mercado segurador, conforme Lei nº. 12.249 de 11 de junho de 2010, e alterações posteriores.

**3.17. Provisões judiciais ativos e passivos contingentes**

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativas dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável ou possível. Para as provisões judiciais envolvendo sinistros, a Seguradora provisiona ações com perdas remotas, possíveis ou prováveis, a partir de estudo próprio envolvendo premissas mais conservadoras, a partir de sua base de dados histórica.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado. Os passivos contingentes cuja probabilidade de perda for remota não são provisionados ou divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

**3.18. Apuração do resultado**

As receitas de prêmios de seguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios do seguro DPVAT, assim como os sinistros e provisões, são reconhecidos quando do recebimento das informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros avisados o qual busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigências relacionadas às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Continua...

...Continuação

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Esses são diferidos e apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

As participações nos lucros aos empregados são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

**3.19. Classificação dos contratos de seguro e de investimento**

Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente.

Na data de adoção inicial do CPC 11, a Seguradora não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11.

**Mensuração dos contratos de seguros**

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco, através da constituição da PPNG e do diferimento das despesas de comercialização.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização, cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos - RVNE), são reconhecidas com base em estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica da Seguradora.

A contabilização das operações de retrocessão e do ramo DPVAT é realizada com base nas informações recebidas do IRB - Brasil Resseguros S.A. e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente.

As operações de resseguros, quando ocorridas, são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. A Seguradora não registrou novas operações de resseguros na data-base.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (I) nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (II) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pelas demais resseguradoras. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

**3.20. Patrimônio líquido**

O capital social da Seguradora, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, facultada a sua representação em títulos múltiplos. O BANESTES S.A. deterá sempre, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da sociedade e atualmente detém 100% (cem por cento), conforme Nota 1.

**3.21. Lucro líquido por ação básico**

O lucro por ação básico da Seguradora é calculado pela divisão do lucro atribuível ao acionista pela média ponderada do número de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas e classificadas como ações em tesouraria nas Demonstrações financeiras.

**O cálculo do lucro por ação básico apurado no exercício está assim apresentado:**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício.....	19.604	22.996
Média ponderada do número de ações em circulação no período	14.791.405.093	14.791.405.093
Lucro por ação básico (em unidades de R\$) .....	0,001325364	0,001554685
Lucro por ação básico (por lote de mil ações) .....	1,3254	1,5547

**4. Gestão de riscos**

Segundo referência do *Committee of sponsoring organizations of the treadway commission - COSO*, gestão de riscos é um processo efetuado pelo conselho de administração, pela diretoria e pelos demais gestores e colaboradores de uma empresa, aplicável ao estabelecimento de objetivos estratégicos e desenhados para:

- Identificar potenciais eventos que possam afetar a organização;
- Administrar seus riscos dentro dos limites aceitáveis; e
- Proporcionar segurança razoável para que os objetivos e metas sejam atingidos.

Ou seja, a gestão de riscos é um processo interno e contínuo, relacionado com a gestão estratégica, aplicável a todos os negócios, atividades e unidades da organização e executada por todos independentemente de posição, cargo ou função.

**4.1. Estrutura de Gerenciamento de Riscos**

O processo na Seguradora é patrocinado pela Diretoria e gerenciado por uma área independente responsável por gestão de riscos e controle interno, alinhando-os. Essa área atua em conjunto com as gerências e coordenadorias na disseminação da cultura de gestão de riscos, na criação de normativos internos, manuais de procedimentos, atividades e mecanismos de controles.

Nesse sentido, a estrutura de gestão de riscos fornece os fundamentos e os arranjos organizacionais para a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos envolvendo toda a Seguradora.

**4.2. Appetite por risco**

O apetite por risco é o nível máximo de risco que a Seguradora está disposta a assumir no intuito de atingir seus objetivos estratégicos e respeitando sua capacidade por riscos.

Quando uma exposição estiver acima do apetite por risco definido, medidas corretivas são adotadas.

**4.3. Metodologia**

A Seguradora adota medidas qualitativas e quantitativas para mensuração de seus riscos.

Na metodologia qualitativa, adotou o *Control Self Assessment - CSA*, que considera o impacto e a probabilidade dos riscos nos processos e atividades da Seguradora, associados aos controles implantados. Essa metodologia destaca o conhecimento de cada gestor no processo de identificação de riscos e controles, definindo parâmetros que são disseminados a todos os colaboradores. Já na metodologia quantitativa a empresa implantou indicadores balizados por um apetite por risco.

**4.4. Categorias de riscos**

O dicionário de risco da Seguradora está dividido em 6 categorias:

**4.4.1. Crédito**

Conforme definição da SUSEP, o risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte;

A Seguradora emite normas internas em conformidade com as regulamentações da SUSEP e CNSP. Essa medida visa garantir o cumprimento de suas políticas de investimentos com segurança e rentabilidade quanto aos ativos financeiros aplicados. Para o gerenciamento deste riscos, a Seguradora possui políticas e processos de monitoramento mensais que visam garantir que os limites não sejam excedidos.

A nota 6.3 demonstra, dentre outras informações, os percentuais de distribuição dos ativos financeiros que contempla a concentração do portfólio de investimentos da Seguradora por tipo de contraparte.

Já o risco de crédito originado de prêmios de seguros a receber é considerado substancialmente baixo, conforme demonstrado na nota 7.3. Segundo legislação brasileira, as coberturas contratuais podem ser canceladas caso os pagamentos dos prêmios não sejam realizados dentro do prazo máximo de cobertura.

**4.4.2. Subscrição**

Possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Seguradora, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

A Seguradora moldou suas operações às melhores práticas de subscrição de mercado e à legislação vigente. Como forma de gerir o lançamento de seus produtos, desenvolveu comitês que zelam pelos padrões técnicos e comerciais garantindo a integridade dos resultados positivos.

Como forma de certificar as reservas, a Seguradora adotou um teste de passivos. Esse teste avalia a cada seis meses a suficiência das reservas frente à expectativa de valores necessários no futuro.

**4.4.3. Mercado**

É o risco representado pela possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de câmbio, de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto. Nossas ferramentas de gestão são:

- Relatório de Acompanhamento da Política de Investimento - visa avaliar a consonância dos resultados apurados com a política de investimento financeiro da Seguradora.
- Macroalocação de ativos - corresponde à alocação dos recursos entre os segmentos de aplicação (segmentos de renda fixa e renda variável).
- Microalocação de ativos - corresponde às alocações dentro das classes de ativos, combinando elementos das subclasses.

Além dessas ferramentas, a Seguradora possui um comitê responsável por aprovar a macroalocação de ativos, subsidiar o planejamento e a execução dos investimentos; e deliberar sobre os limites operacionais e intervalos de risco que podem ser assumidos no âmbito da gestão dos ativos financeiros.

Continua...

## ...Continuação

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

Abaixo uma tabela com as exposições de investimentos da Seguradora, segregadas por fator de risco:

	31/12/2018	31/12/2017
Risco Soberano .....	36%	50%
Instituições Não Financeiras (Debêntures e letras financeiras) .....	12%	10%
Fundo de Investimento (100% CDI) .....	6%	3%
Fundos Exclusivos vinculados a operações compromissadas em títulos públicos .....	46%	37%
	100%	100%

O quadro de fator de risco, contempla o total da sua exposição. Alguns ativos possuem mais de um fator de risco e o valor contido nele pode aparecer em mais de um fator, por essa razão o valor total desse quadro pode ser maior do que o total de suas operações, conforme ne 6.3.

**4.4.3.1. Mensuração do Risco de Mercado**

A Seguradora utiliza como medida de risco de suas carteiras de investimento a metodologia de VaR, modelo não paramétrico para horizonte de 1 dia útil, com nível de confiança de 95%. A sensibilidade do risco no resultado é de 0,21%.

**4.4.4. Operacional**

Conforme definição da SUSEP, risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos. Excluem-se dessa definição os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da Seguradora.

A Seguradora gerencia o risco operacional acompanhando os diversos cenários de exposição a riscos a que está sujeita, refletindo o comportamento da concorrência, o ambiente de negócios e os compromissos com os resultados que possui com a sociedade, acionistas, empregados e órgãos reguladores.

**4.4.5. Legal**

A SUSEP define risco legal como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

A Seguradora possui um comitê que tem como objetivo analisar os normativos emitidos pelos órgãos regulares e fiscalizadores e recomendar a adoção de medidas e ações relacionadas ao seu cumprimento.

Também são instituídas normas internas bem como manuais de procedimentos visando mitigar o risco de perdas legais. Além disso, mantém-se monitoramento constante das decisões judiciais cujas sentenças transitam em julgado.

**4.4.6. Imagem**

É o risco representado pela possibilidade de perdas decorrentes da Seguradora ter sua marca desgastada junto ao mercado e/ou autoridades, em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

Foram definidos indicadores que medem a insatisfação dos clientes com a Seguradora e seus produtos. Esses indicadores são acompanhados mensalmente.

A Seguradora possui três canais de comunicação com o cliente: Fale Conosco, Ouvidoria e Canal de Denúncia:

a) Fale Conosco é um canal destinado a esclarecer dúvidas, enviar críticas e sugestões que pode ser acessado através do site [www.banestesseguros.com.br](http://www.banestesseguros.com.br).

b) A Ouvidoria está disponível para atendimento de reclamações, elogios, críticas e sugestões dos demandantes (clientes e usuários), referentes aos produtos, serviços e atendimento prestado por meio no site institucional, telefone 0800 727 0030 ou e-mail [ouvidoriageral@banestes.com.br](mailto:ouvidoriageral@banestes.com.br).

c) Canal de Denúncia, também disponível no site institucional, recebe denúncias de atos ilícitos, fraudes ou práticas contrárias ao Guia de Conduta Ética que envolvam as empresas do SFB.

**4.4.7. Liquidez**

Trata-se da possibilidade de ocorrência de um descasamento entre os fluxos de pagamento e de recebimento, gerando, desse modo, uma incapacidade para cumprir os compromissos assumidos. Ou seja,

em tal situação, as reservas e disponibilidades de uma instituição tornam-se insuficientes para honrar as suas obrigações no momento em que ocorrem.

**4.5. Concentração de riscos de seguro**

A Seguradora entende como risco de seguro o risco transferido por contrato onde existe a incerteza quanto ao seu acontecimento (sinistro), data ou valor da indenização.

A Seguradora atua no mercado com ênfase nos seguros de pessoas e automóveis concentrando seus esforços na proteção de pessoas físicas. Também adota uma política de manter a carteira pulverizada e homogênea em todos os ramos que a compõem, optando por não operar com resseguro e/ou cosseguro.

**4.6. Distribuição Geográfica Dos Riscos**

A Seguradora opera nos estados ES, BA, RJ e MG. O maior volume de operações está concentrado no ES.

**4.7. Moeda**

Moeda do ambiente econômico principal na qual a Seguradora atua é o Real (R\$). A Banseg não possui emissão de prêmio ou concentração de receita em outras moedas.

**4.8. Concentração de riscos de seguro**

A Banestes Seguros entende como risco de seguro o risco transferido por contrato onde existe a incerteza quanto ao seu acontecimento (sinistro) ou data e valor da indenização.

O principal risco assumido pela seguradora é o risco da frequência e severidade dos sinistros e benefícios a serem pagos aos nossos segurados sejam maiores do que estimados. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor será a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.

A Seguradora atua no mercado com ênfase nos seguros de pessoas e automóveis concentrando seus esforços na proteção de pessoas físicas. Também adota uma política de manter a carteira pulverizada e homogênea em todos os ramos que a compõem, optando por não operar com resseguro e/ou cosseguro.

**4.9. Análise de sensibilidade da sinistralidade da Seguradora**

A Seguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são determinadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro, com base na razoável mudança esperada das premissas atuariais. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da administração da Seguradora quanto aos fatores de riscos de seguro que impactam os contratos e são integradas à política e consequentemente não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir, líquido dos efeitos tributários (45%):

(a) Redução de 10% dos prêmios ganhos

31/12/2018	Prêmios Ganhos	Efeito no Resultado (-)10%	Efeito no PL (%)
Auto .....	61.434	(3.379)	-3,2%
Pessoas .....	71.083	(3.910)	-3,7%
Dpvat .....	23.999	(1.320)	-1,2%
Patrimonial .....	2.172	(119)	-0,1%
<b>Total .....</b>	<b>158.688</b>	<b>(8.728)</b>	<b>-8,2%</b>

(b) Aumento de 10% da sinistralidade

31/12/2018	Sinistros Ocorridos	Efeito no Resultado (+)10%	Efeito no PL (%)
Auto .....	(33.404)	(1.837)	-1,7%
Pessoas .....	(24.919)	(1.371)	-1,3%
Dpvat .....	(19.511)	(1.073)	-1,0%
Patrimonial .....	(28)	-	0,0%
<b>Total .....</b>	<b>(77.862)</b>	<b>(4.281)</b>	<b>-4,0%</b>

**4.10. Gestão de ativos e passivos (ALM)**

A Gestão de Ativos e Passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Asset Liability Management*). Esta metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com determinado nível de risco.

	Sem Vencimento	Vencidos até 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer acima de 5 anos	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Disponível .....	356	-	-	-	-	356
Aplicações .....	145.361	-	11.770	121.703	-	278.834
Prêmios a receber .....	-	587	17.650	-	-	18.237
Títulos e créditos a receber .....	-	1.370	-	-	-	1.370
Outros créditos operacionais .....	-	-	3.083	-	-	3.083
<b>Total dos ativos financeiros .....</b>	<b>145.717</b>	<b>1.957</b>	<b>32.503</b>	<b>121.703</b>	-	<b>301.880</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Encargos e impostos a pagar .....	-	-	4.146	-	-	4.146
Obrigações e contas a pagar .....	-	-	12.061	-	-	12.061
Débitos das operações com seguros .....	1.913	-	-	-	-	1.913
Depósitos de terceiros .....	1.064	-	-	-	-	1.064
<b>Total dos passivos financeiros .....</b>	<b>2.977</b>	-	<b>16.207</b>	-	-	<b>19.184</b>

Continua...



...Continuação

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

**4.11. Gestão de risco de capital**

O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco *versus* retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido da Seguradora, sendo o capital total necessário para as operações da Seguradora, sendo equivalente à soma do capital base com o capital adicional.

**4.11.1. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido**

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido.....	106.763	156.153
(-) Participações societárias .....	(203)	(204)
(-) Despesas antecipadas .....	(190)	(152)
(-) Outros investimentos .....	(3)	(3)
(-) Ativos intangíveis.....	(2.293)	(1.118)
(+/-) Ajustes associados à variação de valores econômicos.....	1.071	-
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA)</b>	<b>105.145</b>	<b>154.676</b>
<b>Capital base (I)</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
Capital adicional de risco de subscrição	22.135	22.060
Capital adicional de risco de crédito ...	3.396	4.252
Capital adicional de risco operacional	777	589
Capital adicional de risco mercado .....	3.278	5.355
<b>Capital risco (II) *</b>	<b>25.862</b>	<b>27.002</b>
<b>Capital mínimo requerido (CMR) - (maior entre (I) e (II))</b>	<b>25.862</b>	<b>27.002</b>
<b>Suficiência de capital (PLA - CMR)</b>	<b>79.283</b>	<b>127.674</b>
Líquidez sobre o CMR (20%) .....	5.172	5.400
Excedente de liquidez - nota 17.3 .....	13.088	31.209

(\*) O demonstrativo acima encontra-se em conformidade com a Resolução CNSP nº 321/2015, sobretudo o cálculo do capital de risco em que utiliza-se Matriz de Correlação definida na referida legislação.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos.....	356	577
<b>Total</b> .....	<b>356</b>	<b>577</b>

**6. Aplicações****6.1. Classificação por Níveis**

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros precede a utilização da hierarquia do valor justo, composta através dos seguintes níveis:

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos, que estão prontamente e regularmente disponíveis, representando transações reais e regulares de mercado.

Nível 2 - Classificados quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

A Seguradora classificou seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

Aplicações	31/12/2018		31/12/2017	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
<b>Disponíveis para venda</b>	<b>65.282</b>	<b>22.503</b>	<b>121.183</b>	<b>22.308</b>
LFT.....	49.047	-	93.801	-
NTN - F.....	-	-	17.926	-
Fundos de investimentos .....	16.235	-	9.456	-
Debêntures.....	-	22.503	-	22.308
<b>Registrado pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>129.126</b>	<b>-</b>	<b>117.615</b>	<b>-</b>
Fundos de investimentos - DPVAT.....	93.939	-	83.106	-
Fundos de investimentos - VGBL (Fundo Exclusivo).....	35.187	-	34.509	-
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>61.923</b>	<b>-</b>	<b>59.329</b>
Letras financeiras subordinadas .....	-	9.794	-	823
Debêntures.....	-	854	-	8.843
NTN - B.....	-	51.275	-	49.663
<b>Total</b> .....	<b>194.408</b>	<b>84.426</b>	<b>238.798</b>	<b>81.637</b>

**6.2. Sensibilidade das aplicações**

31/12/2018	Títulos federais	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos e outros	
			Total	Total
Aplicações .....	100.322	33.152	145.360	278.834
Selic - % a.a.....	7,42%	7,42%	7,42%	
Projeção de rentabilidade nos próximos 12 meses. Cenário provável de:				
Queda 25% .....	7.444	2.460	10.786	20.690
Queda 50% .....	5.537	1.830	8.023	15.390
Elevação 25% .....	3.661	1.210	5.304	10.175
Elevação 50% .....	9.382	3.100	13.594	26.076
	11.353	3.752	16.449	31.554

**6.3. Classificação por título e vencimento**

	31/12/2018						% Part. Valor Contábil	Taxa de Juros Referencial
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Valor Contábil	Ajustes de TVM		
<b>Disponíveis para venda</b>	<b>1.976</b>	<b>69.574</b>	<b>-</b>	<b>16.235</b>	<b>87.785</b>	<b>88</b>	<b>87.697</b>	<b>31,48%</b>
LFT.....	1.976	47.071	-	-	49.047	-	49.047	17,59
NTN - F.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de investimentos .....	-	-	-	16.235	16.235	-	16.235	5,82
Debêntures .....	-	22.503	-	-	22.503	88	22.415	8,07
<b>Registrados pelo valor justo por meio do resultado Para negociação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>129.126</b>	<b>129.126</b>	<b>-</b>	<b>129.126</b>	<b>46,31</b>
Fundos de investimentos - DPVAT .....	-	-	-	93.939	93.939	-	93.939	33,69
Fundos de investimentos - VGBL (Fundo Exclusivo) .....	-	-	-	35.187	35.187	-	35.187	12,62
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>9.794</b>	<b>52.129</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>61.923</b>	<b>-</b>	<b>61.923</b>	<b>22,21</b>
Letra Financeira Subordinada	9.794	-	-	-	9.794	-	9.794	3,51
Debêntures .....	-	854	-	-	854	-	854	0,31
NTN - B .....	-	51.275	-	-	51.275	-	51.275	18,39
<b>Total do circulante e não circulante</b>	<b>11.770</b>	<b>121.703</b>	<b>-</b>	<b>145.361</b>	<b>278.834</b>	<b>88</b>	<b>278.746</b>	<b>100%</b>

	31/12/2017						% Part. Valor Contábil	Taxa de Juros Referencial
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Valor Contábil	Ajustes de TVM		
<b>Disponíveis para venda</b>	<b>-</b>	<b>116.109</b>	<b>17.926</b>	<b>9.456</b>	<b>143.491</b>	<b>(202)</b>	<b>143.693</b>	<b>44,77</b>
LFT.....	-	93.801	-	-	93.801	15	93.786	29,27
NTN - F.....	-	-	17.926	-	17.926	(217)	18.143	5,59
Fundos de investimentos .....	-	-	-	9.456	9.456	-	9.456	2,95
Debêntures .....	-	22.308	-	-	22.308	-	22.308	6,96
<b>Registrados pelo valor justo por meio do resultado Para negociação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>117.615</b>	<b>117.615</b>	<b>-</b>	<b>117.615</b>	<b>36,71</b>
Fundos de investimentos - DPVAT .....	-	-	-	83.106	83.106	-	83.106	25,94
Fundos de investimentos - VGBL (Fundo Exclusivo) .....	-	-	-	34.509	34.509	-	34.509	10,77
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>59.329</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>59.329</b>	<b>-</b>	<b>59.329</b>	<b>18,52</b>
Letra Financeira Subordinada	-	8.843	-	-	8.843	-	823	2,76
Debêntures .....	-	823	-	-	823	-	8.843	0,26
NTN - B .....	-	49.663	-	-	49.663	-	49.663	15,50
<b>Total do circulante e não circulante</b>	<b>-</b>	<b>175.438</b>	<b>17.926</b>	<b>127.071</b>	<b>320.435</b>	<b>(202)</b>	<b>320.637</b>	<b>100</b>

**7. Prêmios a receber**

Continua...

Vitória (ES), Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019.

...Continuação

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

**7.1. Movimentação de prêmios a receber**

	31/12/2018			Total
	Auto	Pessoas	Demais	
<b>Prêmios pendentes em 31/12/2017</b>	<b>18.682</b>	<b>1.206</b>	<b>218</b>	<b>20.106</b>
Prêmios emitidos.....	64.609	72.636	2.598	139.843
Provisão para riscos sobre créditos.....	(4)	(1)	-	(5)
Cancelamentos.....	(4.136)	(1.012)	(103)	(5.251)
Baixas.....	(61.952)	(72.063)	(2.441)	(136.456)
<b>Prêmios pendentes em 31/12/2018</b>	<b>17.199</b>	<b>766</b>	<b>272</b>	<b>18.237</b>
	31/12/2017			Total
	Auto	Pessoas	Demais	
<b>Prêmios pendentes em 31/12/2016</b>	<b>15.794</b>	<b>941</b>	<b>253</b>	<b>16.988</b>
Prêmios emitidos.....	70.541	66.280	2.043	138.864
Provisão para riscos sobre créditos.....	(6)	-	-	(6)
Cancelamentos.....	(4.271)	(2.308)	(60)	(6.639)
Baixas.....	(63.376)	(63.707)	(2.018)	(129.101)
<b>Prêmios pendentes em 31/12/2017</b>	<b>18.682</b>	<b>1.206</b>	<b>218</b>	<b>20.106</b>

**7.2. Movimentação da provisão para riscos sobre créditos**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Saldo inicial</b> .....	<b>(41)</b>	<b>(35)</b>
Constituições.....	(20)	(27)
Reversões.....	26	21
<b>Saldo final</b> .....	<b>(35)</b>	<b>(41)</b>

**7.3. Aging prêmios a receber**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Prêmios a vencer</b> .....	<b>17.650</b>	<b>18.894</b>
De 1 a 30 dias.....	7.928	8.484
De 31 a 60 dias.....	3.880	4.221
De 61 a 120 dias.....	4.418	4.745
De 121 a 180 dias.....	1.283	1.329
De 181 a 365 dias.....	141	115
<b>Prêmios vencidos</b> .....	<b>622</b>	<b>1.253</b>
De 1 a 30 dias.....	535	1.156
De 31 a 60 dias.....	52	55
De 61 a 120 dias.....	17	24
De 121 a 180 dias.....	2	3
De 181 a 365 dias.....	-	2
Superior a 365 dias.....	16	13
(-) Redução ao valor recuperável.....	(35)	(41)
<b>Total</b> .....	<b>18.237</b>	<b>20.106</b>

O prazo médio de parcelamento dos grupos de ramo automóvel e patrimonial, observado foi de 6 parcelas, sendo os demais grupos com faturamento mensal.

**8. Créditos e Passivos tributários e previdenciários**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Créditos tributários</b>		
Créditos tributários refletidos no resultado.....	812	818
Créditos tributários refletidos no patrimônio líquido.....	-	91
Créditos tributários ref. PIS/COFINS compensados.....	1.546	-
<b>Total</b> .....	<b>2.358</b>	<b>909</b>
<b>Tributos diferidos</b>		
Passivo tributário de diferenças temporárias.....	1.558	1.673
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação.....	64	73
IRPJ s/ajuste ao valor de mercado....	37	-
CSLL s/ajuste ao valor de mercado....	22	-
<b>Total</b> .....	<b>1.681</b>	<b>1.746</b>

Os créditos tributários de diferenças temporárias, refletidos no resultado, são decorrentes das provisões judiciais (nota 19.a), provisões para redução ao valor recuperável (nota 7.3) e compensações de PIS/COFINS sob receitas financeiras de ativos livres recolhidos a maior em períodos anteriores. Enquanto os tributos diferidos são decorrentes das atualizações dos depósitos judiciais fiscais e dos impostos sobre reservas de reavaliação. No período foram constituídas novas provisões conforme descrito na nota 19. As provisões judiciais cíveis não relacionadas a sinistros que possuem tempo médio de realização inferior a 2 anos. A Administração, com base em estudo de realização do crédito tributário, estima realização das provisões fiscais em até 3 anos. Nos quadros abaixo, apresentam-se a natureza da origem dos créditos e passivos tributários.

**8.1. Créditos tributários das movimentações**

	31/12/2018			Total
	Base de Cálculo (25%)	IRPJ (15%)	CSLL (15%)	
Diferenças temporárias				
Provisão para contingências cíveis trabalhistas.....	1.480	370	222	592
Provisão para contingências fiscais a receber.....	344	86	52	138
Provisão para riscos sobre prêmios a receber.....	35	8	5	13
<b>Créditos tributários refletidos no resultado</b> .....	<b>2.032</b>	<b>507</b>	<b>305</b>	<b>812</b>
	31/12/2017			Total
	Base de Cálculo (25%)	IRPJ (20%)	CSLL (20%)	
Diferenças temporárias				
Provisão para contingências cíveis trabalhistas.....	1.361	340	272	612
Provisão para contingências fiscais a receber.....	84	21	17	38
Provisão para riscos sobre prêmios a receber.....	332	83	66	149
Provisão para riscos sobre prêmios a receber.....	41	10	9	19
<b>Créditos tributários refletidos no resultado</b> .....	<b>1.818</b>	<b>454</b>	<b>364</b>	<b>818</b>
Ajuste ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda (2)	202	51	40	91
<b>Créditos tributários refletidos no patrimônio líquido</b> .....	<b>202</b>	<b>51</b>	<b>40</b>	<b>91</b>

(1) Alteração de alíquota conforme lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, que majora a alíquota da CSLL de 15 para 20, com vigência de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A Seguradora adotou, a partir de setembro/2015, a nova alíquota, utilizando-se da metodologia de diferença de base para cálculo do tributo. No entanto, considerando o prazo das novas contingências constituídas no exercício, conforme nota 19, em 31/12/2018 a Seguradora se creditou da alíquota de 15% da CSLL, visto que o prazo previsto de realização excederia a vigência da norma fiscal.

(2) Para cálculo dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido, utiliza-se as alíquotas vigentes no cálculo dos tributos, ou seja, 20% para CSLL.

**8.2. Passivos tributários das movimentações**

	31/12/2018			Total
	Base de Cálculo (25%)	IRPJ (15%)	CSLL (15%)	
Diferenças temporárias				
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761715.....	484	121	73	194
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357762240.....	7	2	1	3
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761707.....	3.404	850	511	1.361
<b>Total dos passivos tributários refletidos no resultado (1)</b> .....	<b>3.895</b>	<b>973</b>	<b>585</b>	<b>1.558</b>
Ajuste ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda.....	147	37	22	59
<b>Total dos passivos tributários refletidos no patrimônio líquido (2)</b> .....	<b>147</b>	<b>37</b>	<b>55</b>	<b>59</b>
	31/12/2017			Total
	Base de Cálculo (25)	IRPJ (20)	CSLL (20)	
Diferenças temporárias				
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761715.....	462	116	92	208
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357762240.....	7	2	1	3
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761707.....	3.248	812	650	1.462
<b>Total dos passivos tributários refletidos no resultado (1)</b> .....	<b>3.717</b>	<b>930</b>	<b>743</b>	<b>1.673</b>

(1) Adicionalmente, a este montante, a Seguradora possui registrado na rubrica contábil de impostos sobre reservas de reavaliação o montante de R\$64 (R\$73 em 31/12/2017) referente ao imposto de renda e a contribuição social sobre as reservas de reavaliação.

(2) Para cálculo dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido, utiliza-se as alíquotas vigentes no cálculo dos tributos, ou seja, 15% para CSLL.

Continua...



...Continuação

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

**17.2. Movimentação das provisões técnicas e custos de aquisição diferidos****17.2.1. Movimentação das provisões técnicas**

A movimentação das provisões técnicas - seguros, registrada no passivo circulante, está assim apresentada:

	Saldo em 31/12/ 2017	Consti- tuição	Reversões e pagamentos	Saldo em 31/12/ 2018
Provisão de Prêmios Não Ganhos Emitidos (PPNG/RVE).....	33.050	2.164	(2.267)	32.947
Provisão de Prêmios Não Ganhos Não Emitidos (PPNG/RVNE).....	1.392	80	(240)	1.232
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL).....	37.300	3.366	(4.566)	36.100
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR).....	78.641	11.003	(2.183)	87.461
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR).....	3.735	450	(622)	3.563
Provisão para Despesas Administrativas (PDA/DPVAT).....	463	605	(679)	389
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder(PMBaC).....	34.509	2.110	(1.432)	35.187
<b>Total das provisões</b>	<b>189.090</b>	<b>19.778</b>	<b>(11.989)</b>	<b>196.879</b>

	Saldo em 31/12/ 2016	Consti- tuição	Reversões e pagamentos	Saldo em 31/12/ 2017
<b>Total das provisões</b>	<b>174.709</b>	<b>27.843</b>	<b>(13.462)</b>	<b>189.090</b>

Provisão de Prêmios Não Ganhos Emitidos (PPNG/RVE).....	27.524	5.852	(326)	33.050
Provisão de Prêmios Não Ganhos Não Emitidos (PPNG/RVNE).....	1.277	267	(152)	1.392
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL).....	43.627	3.830	(10.155)	37.300
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficiente Avisados (IBNER). ..	1.213	144	(1.357)	-
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR).....	65.194	13.575	(128)	78.641
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR).....	2.743	1.319	(327)	3.735
Provisão para Despesas Administrativas (PDA/DPVAT).....	575	197	(309)	463
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder(PMBaC).....	32.558	2.659	(708)	34.509
<b>Total das provisões</b> .....	<b>174.709</b>	<b>27.843</b>	<b>(13.462)</b>	<b>189.090</b>

**17.2.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos**

A movimentação dos custos de aquisição diferidos, registrada no ativo, que correspondem às despesas de comercialização diretamente alocadas aos riscos, está assim apresentada:

	Saldo em 31/12/ 2017	Consti- tuição	Reversões e pagamentos	Saldo em 31/12/ 2018
Custo de aquisição diferido (RVE).....	6.568	1.017	(240)	7.345
Custo de aquisição diferido (RVNE).....	213	12	(36)	189
<b>Total dos custos de aquisição diferidos</b> .....	<b>6.781</b>	<b>1.029</b>	<b>(276)</b>	<b>7.534</b>

	Saldo em 31/12/ 2016	Consti- tuição	Reversões e pagamentos	Saldo em 31/12/ 2017
<b>Total dos custos de aquisição diferidos</b> .....	<b>5.569</b>	<b>1.763</b>	<b>(551)</b>	<b>6.781</b>

Custo de aquisição diferido (RVE).....	5.374	1.709	(515)	6.568
Custo de aquisição diferido (RVNE).....	195	54	(36)	213

<b>Total dos custos de aquisição diferidos</b> .....	<b>5.569</b>	<b>1.763</b>	<b>(551)</b>	<b>6.781</b>
--	--------------	--------------	--------------	--------------

**17.3. Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas - Seguros**

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Provisões técnicas para garantia</b>		
Provisões técnicas.....	196.879	189.090
Direitos creditórios.....	(13.374)	(14.394)
Provisões referente ao ramo Vgbl em fase de diferimento.....	(35.187)	(34.509)
Provisões do convênio Dpvt.....	(93.872)	(82.995)
<b>Total a ser coberto das provisões técnicas líquido dos ativos redutores (A)</b> .....	<b>54.446</b>	<b>57.192</b>
<b>Necessidade de ativos líquidos nota 4.11.1 (B)</b> .....	<b>5.172</b>	<b>5.400</b>
<b>Ativos garantidores</b> .....		
Títulos de renda fixa - Públicos.....	72.706	93.801
<b>Total (C)</b> .....	<b>72.706</b>	<b>93.801</b>
<b>Excedente de garantia ( C - A - B)</b> .....	<b>13.088</b>	<b>31.209</b>

**17.4. Tabela de desenvolvimento de sinistros**

O desenvolvimento dos sinistros incorridos e os valores pagos referentes ao ano de aviso estão assim demonstrados:

	Posição em 31/12/2018					
	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
<b>Avisados (Até)</b>						
No final do ano evento.....	481.667	56.877	55.469	65.332	66.351	68.486
Após um ano.....	486.556	56.754	55.512	64.281	66.723	-
Após dois anos.....	490.762	57.370	55.325	64.563	-	-
Após três anos.....	489.265	57.333	55.240	-	-	-
Após quatro anos.....	489.736	57.137	-	-	-	-
Após cinco anos.....	489.468	-	-	-	-	-
<b>Pagamentos</b>						
No ano evento.....	459.172	44.964	43.701	53.291	55.880	57.765
Após um ano.....	11.997	8.240	8.722	7.853	8.818	-
Após dois anos.....	3.941	967	601	647	-	-
Após três anos.....	2.995	600	320	-	-	-
Após quatro anos.....	2.523	444	-	-	-	-
Após cinco anos.....	1.387	-	-	-	-	-
<b>Pagamentos acumulados</b> .....	<b>482.015</b>	<b>55.215</b>	<b>53.344</b>	<b>61.791</b>	<b>64.698</b>	<b>57.765</b>
Incorridos.....	489.468	57.137	55.240	64.563	66.723	68.485
(-) Pagos.....	(482.015)	(55.215)	(53.344)	(61.791)	(64.698)	(57.766)
PSL Ramos Próprios.....						26.787
(-) Estimativas Salvados e Ressarcimentos						(852)
Dpvt.....						10.165
<b>PSL Total</b> .....	<b>7.453</b>	<b>1.922</b>	<b>1.896</b>	<b>2.772</b>	<b>2.025</b>	<b>10.719</b>

Continua...

...Continuação

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

**Posição em 31/12/2017**

<b>Avisados (Até)</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	
No final do ano evento .....	426.455	54.601	56.877	55.469	65.332	66.352	
Após um ano .....	427.073	56.433	56.754	55.512	64.281	-	
Após dois anos .....	430.131	57.263	57.370	55.325	-	-	
Após três anos .....	433.506	57.359	57.333	-	-	-	
Após quatro anos .....	431.914	57.364	-	-	-	-	
Após cinco anos .....	432.379	-	-	-	-	-	
<b>Pagamentos</b>							
No ano evento .....	404.161	44.252	44.964	43.701	53.291	55.906	
Após um ano .....	10.767	10.062	8.240	8.722	7.853	-	
Após dois anos .....	1.935	744	967	601	-	-	
Após três anos .....	3.197	339	600	-	-	-	
Após quatro anos .....	2.656	307	-	-	-	-	
Após cinco anos .....	2.217	-	-	-	-	-	
<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>424.933</b>	<b>55.704</b>	<b>54.771</b>	<b>53.024</b>	<b>61.144</b>	<b>55.906</b>	
Incorridos .....	432.379	57.364	57.333	55.325	64.281	66.352	733.034
(-) Pagos .....	(424.933)	(55.704)	(54.771)	(53.024)	(61.144)	(55.906)	(705.482)
PSL Ramos Próprios .....							27.552
(-) Estimativas Salvados e Ressarcimentos							(1.104)
Dpvat .....							10.852
<b>PSL Total</b>							<b>37.300</b>

**18. Encargos trabalhistas, impostos e contribuições****18.1. Encargos trabalhistas**

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Provisão para Férias .....	1.129	993
<b>Total</b> .....	<b>1.129</b>	<b>993</b>

**18.2. Impostos e contribuições**

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Imposto de Renda .....	541	375
Contribuição social .....	420	307
Cofins .....	415	392
Pis/Pasep .....	68	64
<b>Total</b> .....	<b>1.444</b>	<b>1.138</b>

**19. Provisões judiciais****a) Composição do saldo contábil**

	<b>Depósitos judiciais</b>		<b>Processos judiciais</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Ações fiscais - INSS (I) ..	6.737	6.558	344	332
Ações fiscais - PMV (II) ..	311	298	-	-
<b>Subtotal - Fiscais</b> .....	<b>7.048</b>	<b>6.856</b>	<b>344</b>	<b>332</b>
Ações trabalhistas .....	66	63	172	84
<b>Subtotal - Trabalhistas</b>	<b>66</b>	<b>63</b>	<b>172</b>	<b>84</b>
Ações cíveis não relacionadas a sinistros ..	20	248	1.480	1.361
Ações cíveis do convênio Dpvat .....	358	375	-	-
<b>Subtotal - Cíveis</b> .....	<b>378</b>	<b>623</b>	<b>1.480</b>	<b>1.361</b>
<b>Total</b> .....	<b>7.492</b>	<b>7.542</b>	<b>1.996</b>	<b>1.777</b>

**Detalhamento dos principais processos e depósitos judiciais relacionados:****Ações Fiscais**

**I. INSS** - A Seguradora possui registrado em provisão o montante de R\$344 (R\$332 em 31/12/2017), referente às NFLDs 35.776.170-7, 35.776.224-0 e 35.776.171-5 lançadas pelo INSS e referem-se basicamente a alegação de: reconhecimento de vínculo empregatício de empresa terceirizada de serviços de informática; incorporação de comissões e de curso de pós-graduação e mestrado pagos à remuneração; e descumprimento de obrigação acessória com relação a GFIP, com correspondente depósito judicial de R\$6.737 (R\$6.558 em 31/12/2017) para garantia dos tributos discutidos judicialmente.

**II. ISS PMV** - Trata-se de processo decorrente de autuação fiscal do Município de Vitória-ES, sob a alegação de que a Seguradora deixou de reter na fonte o ISSQN incidente sobre suposta prestação de serviço com mão-de-obra de colaboradores do Banestes S.A., cujos custos são integralmente ressarcidos. Neste processo, a Seguradora efetuou depósito judicial para garantia do tributo discutido judicialmente, sendo mantido atualizado em R\$ 311 (R\$298 em 31/12/2017).

**b) Movimentação do saldo contábil**

<b>Contingências</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>Constituição/Atualização</b>	<b>Reversão/Pagamentos</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>
Trabalhistas .....	84	88	-	172
Cíveis .....	1.361	478	(359)	1.480
Fiscais .....	332	14.881	(14.869)	344
<b>Total</b> .....	<b>1.777</b>	<b>15.447</b>	<b>(15.228)</b>	<b>1.996</b>
<b>Contingências</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Constituição/Atualização</b>	<b>Reversões/Pagamentos</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Trabalhistas .....	207	14	(137)	84
Cíveis .....	1.534	656	(829)	1.361
Fiscais .....	15.746	791	(16.205)	332
<b>Total</b> .....	<b>17.487</b>	<b>1.461</b>	<b>(17.171)</b>	<b>1.777</b>

**c) Natureza das contingências**

A Seguradora mantém provisão para contingências sob as seguintes rubricas: Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis - de acordo com a estimativa de perda, acrescidos dos honorários advocatícios.

**d) Detalhamento dos processos judiciais por natureza de risco de perda**

	<b>31/12/2018</b>		<b>Fiscais</b>		<b>Trabalhistas</b>		<b>Cíveis</b>		<b>Total</b>	
	<b>Qtd.</b>	<b>Vr.</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Vr.</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Vr.</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Vr.</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Vr.</b>
<b>Risco</b>										
Provável .....	-	-	-	-	12	458	12	458		
Possível .....	-	-	2	172	36	1.022	38	1.194		
Remotas .....	2	344	-	-	-	-	2	344		
<b>Total</b> .....	<b>2</b>	<b>344</b>	<b>2</b>	<b>172</b>	<b>48</b>	<b>1.480</b>	<b>52</b>	<b>1.996</b>		
	<b>31/12/2017</b>		<b>Fiscais</b>		<b>Trabalhistas</b>		<b>Cíveis</b>		<b>Total</b>	
<b>Risco</b>										
Provável .....	-	-	-	-	9	375	9	375		
Possível .....	1	295	2	84	36	986	39	1.365		
Remotas .....	2	37	-	-	-	-	2	37		
<b>Total</b> .....	<b>3</b>	<b>332</b>	<b>2</b>	<b>84</b>	<b>45</b>	<b>1.361</b>	<b>50</b>	<b>1.777</b>		

**20. Patrimônio líquido****20.1. Capital social**

O capital social é constituído por 14.791.405.093 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, com o correspondente a 100 (cem por cento) das ações ordinárias pertencentes ao BANESTES S.A., no valor de R\$86.326 (R\$121.862 em 31/12/2017).

**20.2. Reservas de lucros**

O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei nº. 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço anual terá, pela ordem:

**20.2.1. Reserva legal**

São destinados 5 (cinco por cento) do lucro líquido, antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20 (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº. 6.404/76 exceder 30 (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

**20.2.2. Reservas estatutárias**

São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 50 (cinquenta por cento) do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social.

**20.3. Ajustes de avaliação patrimonial**

Referem-se aos ajustes de perdas atuariais reconhecidos na Seguradora com títulos e valores mobiliários.

**20.4. Demonstrativo do cálculo dos dividendos**

O Estatuto Social confere direitos a dividendos mínimos de 25 (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício social, nos termos do artigo nº. 202 da Lei nº. 6.404/76. Conforme faculta a Lei nº 9.249/95.

Continua...

...Continuação

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Lucro líquido do exercício.....	<b>19.604</b>	<b>22.996</b>
Reserva legal .....	(980)	(1.150)
Reservas de reavaliação transferidas para lucros acumulados.....	2	2
Base de cálculo de dividendos .....	18.626	21.848
Dividendo mínimo - 25% .....	4.656	5.463
<b>Total de dividendos a pagar .....</b>	<b>4.656</b>	<b>5.463</b>

Os juros sobre o capital próprio (JCP) não foram contabilizados no exercício de 2018, conforme determinação de suspensão dos pagamentos de JCP aprovada em reunião de Diretoria da Banestes Seguros de 02/06/2014.

Descrição	Data crédito/destinação	Valor bruto por ação	Valor Bruto	Data pagamento
Dividendos .....	30/06/2018	0,00009876	1.461	30/10/2018
	31/12/2018	0,00021603	3.195	20/04/2019
<b>Total em 31/12/2018</b>			<b>4.656</b>	

Descrição	Data crédito/destinação	Valor bruto por ação	Valor Bruto	Data pagamento
Dividendos .....	30/06/2017	0,00013329	1.972	30/10/2017
	31/12/2017	0,00023597	3.491	25/04/2018
<b>Total em 31/12/2017</b>			<b>5.463</b>	

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28/03/2018, não acatou a proposta de distribuição de dividendos publicada na demonstração financeira de 2017, determinando o pagamento da

**21.3. Prêmios Ganhos, Sinistralidade e Comercialização por Grupo de Ramos**

	<b>Prêmios Ganhos</b>		<b>Sinistralidade (%)</b>		<b>Comercialização (%)</b>	
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Automóvel.....	61.434	61.808	54,4	60,1	19,0	19,6
Dpvat .....	23.999	28.450	81,3	84,5	1,2	1,2
Pessoas.....	71.083	63.525	35,1	39,7	16,7	16,6
Patrimonial.....	2.172	1.628	1,3	6,7	21,9	19,2
<b>Total.....</b>	<b>158.688</b>	<b>155.411</b>	<b>49,1</b>	<b>55,6</b>	<b>15,3</b>	<b>15,0</b>

**21.4. Sinistros ocorridos**

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Indenizações avisadas.....	(77.862)	(86.477)
Indenizações avisadas DPVAT.....	(65.769)	(64.325)
Despesas com sinistros .....	(14.065)	(16.553)
Despesas com sinistros Consórcios e Fundos .....	(2.519)	(3.803)
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - Direto .....	(5.983)	(7.284)
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - DPVAT.....	2.818	(1.059)
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Suf. Avisados - IBNER .....	537	(189)
Salvados e Ressarcimentos.....	-	1.213
Variação Estimativa de Salvados e Ressarcidos.....	7.372	5.733
	(253)	(210)

**21.5. Custos de aquisição**

	<b>(24.270)</b>	<b>(23.318)</b>
Comissões sobre prêmios emitidos.....	(25.022)	(24.503)
Variação das Despesas de Comercialização Diferidas .....	753	1.213
Comissões sobre contribuições de VGBL .....	(1)	(28)

**21.6. Rendas de contribuições e prêmios**

	<b>4.753</b>	<b>5.485</b>
Prêmios Diretos (VGBL).....	4.753	5.485

**21.7. Outras receitas e despesas operacionais**

	<b>(4.665)</b>	<b>(4.675)</b>
Receitas com operações de seguros .....	2.144	2.496
Receitas com consórcio Dpvat .....	677	46
Receitas com reversão de provisões judiciais..	4.827	1.726
Compensação PIS/COFINS.....	1.670	-
Demais receitas .....	455	-
Despesas com cobrança - Direto.....	(734)	(788)
Despesas com cobrança - Convênio Dpvat .....	(2.886)	(2.441)
Despesas com encargos sociais .....	-	(5)
Despesas com Inspeção de Risco.....	(848)	(1.156)
Redução ao valor recuperável - prêmios a receber .....	5	(6)
Redução ao valor recuperável - salvados para venda .....	(227)	(196)
Despesas com operações de seguros.....	(3.038)	(3.079)
Despesas com consórcio Dpvat.....	(481)	(642)
Despesas de cooperação técnica - Banestes ...	(1.052)	-
Despesas com provisões judiciais.....	(4.827)	(308)
Demais despesas.....	(350)	(322)

reserva de lucros constituída em dezembro de 2017 no valor de R\$16.385 em conjunto com os dividendos do 2º semestre/2017, ambos pagos em 25/04/2018, totalizando R\$19.876.

Os juros sobre o capital próprio (JCP) não foram contabilizados no exercício de 2018, conforme determinação de suspensão dos pagamentos de JCP aprovada em reunião de Diretoria da Banestes Seguros de 02/06/2014.

**21. Detalhamento das contas das demonstrações de resultado****21.1. Prêmios emitidos**

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
	<b>158.508</b>	<b>161.164</b>
Prêmios - Riscos Emitidos .....	139.843	138.864
Prêmios Cancelados .....	(5.117)	(6.525)
Prêmios Restituídos .....	(134)	(114)
Prêmios - Riscos Vigentes Não Emitidos .....	(168)	378
Prêmios Convênio DPVAT .....	24.084	28.561

**21.2. Variações das provisões técnicas de prêmios e contribuições****21.2.1. Danos e Pessoas**

	<b>180</b>	<b>(5.753)</b>
Danos e Pessoas .....	180	(5.753)
Provisão de Prêmios Não Ganhos .....	264	(5.642)
Provisão de Despesas Administrativas (Dpvat).....	(84)	(111)

**21.2.2. Constituição da provisão de benefícios a conceder**

	<b>(4.753)</b>	<b>(5.172)</b>
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ...	(4.753)	(5.172)

**21.8. Despesas administrativas**

	<b>(24.442)</b>	<b>(23.161)</b>
Pessoal Próprio.....	(14.849)	(14.177)
Serviços de Terceiros .....	(2.723)	(2.679)
Localização e Funcionamento .....	(2.815)	(2.402)
Publicidade e Propaganda Institucional .....	(571)	(1.469)
Publicações.....	(106)	(97)
Doativos e Contribuições.....	(179)	(137)
Despesas Administrativas Diversas .....	(336)	(269)
Despesas Administrativas do Convênio Dpvat .....	(2.863)	(1.931)
	<b>(6.782)</b>	<b>(6.712)</b>

**21.9. Despesas com tributos**

	<b>(6.782)</b>	<b>(6.712)</b>
Impostos federais.....	(2)	(5)
Impostos estaduais.....	(4)	(2)
Impostos municipais .....	(21)	(51)
Cofins .....	(5.123)	(5.223)
Pis/Pasep .....	(833)	(849)
Taxa de fiscalização .....	(799)	(582)

**21.10. Resultado financeiro**

	<b>12.588</b>	<b>17.523</b>
<b>Receitas financeiras .....</b>	<b>24.039</b>	<b>30.495</b>
Receitas com títulos de renda fixa privados....	2.681	1.048
Receitas com títulos de renda fixa públicos....	10.995	15.281
Receitas com títulos de renda variável.....	190	497
Receitas com operações de seguros .....	608	654
Fundos de investimento.....	8.650	11.700
Outras receitas financeiras.....	915	1.316
<b>Despesas financeiras .....</b>	<b>(11.451)</b>	<b>(12.972)</b>
Despesas com títulos de renda variável .....	(211)	(94)
Despesas com títulos de renda fixa .....	(32)	(36)
Despesas com operações de seguros.....	(8.650)	(9.273)
Despesas com provisões técnicas - Vida .....	(1.896)	(2.785)
Outras despesas financeiras .....	(662)	(784)

**21.11. Resultado patrimonial**

	<b>358</b>	<b>348</b>
Receitas com imóveis destinados à renda.....	387	377
Despesas com imóveis destinados à renda .....	(29)	(29)

**21.12. Ganhos ou perdas com ativos não correntes**

	<b>(47)</b>	<b>10.545</b>
Resultado na alienação de bens do ativo permanente.....	(47)	10.545

Continua...

...Continuação

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

**22. Transações com partes relacionadas**

As operações realizadas entre partes relacionadas, com o controlador BANESTES S.A., são efetuadas a valores, prazos e taxas pactuados contratualmente. Na data destas demonstrações estavam assim demonstradas:

Contas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	30/06/2017
Aplicações financeiras e depósitos.....	332	94.395	2.798	6.563
Receita com aluguel.....	-	-	187	177
Receita com taxa de gestão.....	-	-	167	163
Despesas de aluguel.....	-	-	(27)	(10)
Juros sobre o capital próprio e dividendos.....	(3.195)	(3.490)	-	-
Tarifas c/ operações de cobrança/arrecadação... Banestes S.A. -	-	-	(346)	(354)
transferência de Capital.....	-	-	-	-
Banestes S.A. - despesas c/convênio cooperação técnica.....	(163)	-	-	-

**23. Despesas de imposto de renda e contribuição social**

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de renda	Contrib. social	Imposto de renda	Contrib. social
Resultado antes da tributação e participações... Participações estatutárias no lucro (PLR).....	36.781	36.781	42.658	42.658
Base de cálculo.....	<b>34.923</b>	<b>34.923</b>	<b>41.053</b>	<b>41.053</b>
Adições/(exclusões) de caráter permanente.....	60	(73)	(216)	(265)
Adições/(exclusões) de caráter temporário.....	35	35	(8.672)	(8.672)
<b>Lucro tributável antes das compensações.....</b>	<b>35.018</b>	<b>34.885</b>	<b>32.165</b>	<b>32.116</b>
Alíquota normal (15% IRPJ e 20% CSLL).....	5.253	6.977	4.825	6.423
Adicional de imposto de renda (10%).....	3.477	-	3.193	-
<b>Valores devidos.....</b>	<b>8.730</b>	<b>6.977</b>	<b>8.018</b>	<b>6.423</b>
Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT).....	(210)	-	(193)	-
Doações FIA/Incentivos Fiscais - Patrocínios.....	(61)	-	(86)	-
<b>Imposto de renda e CSLL a pagar.....</b>	<b>8.459</b>	<b>6.977</b>	<b>7.739</b>	<b>6.423</b>
Provisão dif. da realização reserva reavaliação.....	(3)	(5)	(3)	(5)
Passivo tributário Diferido...	45	(159)	72	58
Crédito tributário sobre provisões temporárias.....	(54)	59	2.096	1.677
<b>Valores registrados em despesas.....</b>	<b>8.447</b>	<b>6.872</b>	<b>9.904</b>	<b>8.153</b>

**24. Remuneração da administração**

O total das despesas com remuneração da administração, incluindo todos os encargos, atingiu no exercício de 2018 o montante de R\$1.406 (R\$1.240 em 2017).

**25. Benefícios a empregados**

Planos de Aposentadoria - Seguridade Social - A Seguradora é uma das patrocinadoras da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29 de outubro de 2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30 de outubro de 2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES [http://www.baneses.com.br/reg\\_regimento.asp](http://www.baneses.com.br/reg_regimento.asp).

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15 de fevereiro de 2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação foi 02 de maio de 2017.

No exercício de 2018, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 9% do salário de participação), corresponderam à Seguradora R\$585 (R\$443 em 2017). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e a Administração da Seguradora, juntamente com as demais empresas patrocinadoras do Sistema Financeiro BANESTES, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (déficit) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar n.º 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas" e a Lei Complementar n.º 109/2001 que determina no artigo 21 que "o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar".

Os exercícios encerrados em 31/12/2018 e 31/12/2017 apresentaram resultados superavitários, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinadora em função da definição dada pelo CPC 33 (R1) com relação a contabilização de um ativo atuarial que deverá observar o *asset ceiling* que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superávit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do superávit apresentado nos planos de benefícios.

**26. Normas e interpretações emitidas e aplicáveis em períodos futuros**

As seguintes normas e pronunciamentos, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, pelos órgãos reguladores e fiscais:

IFRS 9/CPC 48 - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações trazidas pelo IFRS 9 são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Este pronunciamento está em vigor desde 1º de janeiro de 2018, no entanto, depende de aprovação prévia da SUSEP para aplicação em entidades reguladas por esta autarquia. Os impactos deste pronunciamento nas demonstrações financeiras da Seguradora serão avaliados pela Administração após a homologação da SUSEP.

IFRS 15/CPC 47 - Estabelece os princípios a serem aplicados por uma entidade para determinar a mensuração da receita e o momento do reconhecimento. Este pronunciamento baseia-se no princípio de que a receita deve ser reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, assim conceitualmente, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios.

A norma substitui a IAS 11/CPC17 - está em vigor desde 1º de janeiro de 2018. Os impactos deste pronunciamento nas demonstrações financeiras da Seguradora serão avaliados pela Administração após a homologação da SUSEP.

IFRS 16/CPC 06 - Apresentara mudanças que afetam principalmente a forma como as companhias deverão reconhecer e divulgar contabilmente os contratos de arrendamento, de forma geral, todos os contratos de arrendamento terão tratamento semelhante ao atual arrendamento financeiro, passando a constituir um ativo nas demonstrações financeiras. A norma substituirá o IAS 17/CPC 06 - "Operações de arrendamento mercantil", e entra em vigor em 1º de janeiro de 2019., no entanto, depende de aprovação prévia da SUSEP para aplicação em entidades reguladas por esta autarquia. Os impactos deste pronunciamento nas demonstrações financeiras da Seguradora serão avaliados pela Administração após a homologação da SUSEP.

IFRS 17 - Apresenta uma mudança relevante nas práticas contábeis das seguradoras, este IFRS se baseia no conceito de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferimento de lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual (MSC), enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do exercício, dentre outras alterações e é considerada uma orientação muito mais robusta que a atualmente vigente.

Este pronunciamento substituirá a IFRS 4/CPC 11 - entra em vigor em 1º de janeiro de 2021. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardado a aprovação pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, pela SUSEP. A Administração aguarda o posicionamento destes órgãos reguladores para avaliar os impactos destes normativos nas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que poderiam ter impacto sobre as demonstrações financeiras da Seguradora.

Vitória-ES, 19 de fevereiro de 2019

Continua...

...Continuação

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

**DIRETORIA**

**Otacílio Pedrinha de Azevedo**  
Diretor-Presidente  
Diretor de Administração e Finanças (Interino)

**Fernando Rodrigues Azevedo**  
Diretor de Operações

**Flávio Wagner Gaudio de Souza**  
Contador - CRC-ES 12130/O-8

**Severino Garcia Ramos**  
Atuário - Miba 357

**PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES**

**Aos Administradores da BANESTES SEGUROS**  
**Escopo da Auditoria**

Examinamos as bases de dados e as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da BANESTES SEGUROS, em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da BANESTES SEGUROS é responsável pelas bases de dados e provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no escopo deste parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

A auditoria atuarial em uma empresa de seguros envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos

da BANESTES SEGUROS são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião da auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da BANESTES SEGUROS em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, nos aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela BANESTES SEGUROS e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras.

Consideramos que as informações selecionadas em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de parâmetro para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2019.

**HEITOR COELHO BORGES RIGUEIRA**

MIBA nº 380 - CPF nº 097.408.307-06 - Atuário Certificado pelo IBA

**HR SERVIÇOS ATUARIAIS LTDA.**

CIBA nº 43 - CNPJ nº 36.252.526/0001-06 - Empresa Certificada pelo IBA

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Administradores e Acionistas**  
**Banestes Seguros S.A.**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Banestes Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banestes Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Continua...



...Continuação

**BANESTES SEGUROS S.A.**

Av. Princesa Isabel, 574 - Ed. Palas Center - Bloco A,  
8º e 9º andar - Centro - Vitória - ES  
CNPJ: 27.053.230/0001-75

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2019

**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes**  
CRC 2SP000160/O-5

**Luiz Antonio Fossa**  
Contador CRC 1SP196161/O-8

Protocolo 462427

**A LEITURA  
É O MELHOR  
CAMINHO PARA  
O CONHECIMENTO.**



Biblioteca Pública  
do Espírito Santo  
3137-9351

[www.dio.es.gov.br](http://www.dio.es.gov.br)

  
IMPRESA  
OFICIAL/ES

